

(NEO)TECNOCRATAS OU (NEO)BOBOS? EIS A QUESTÃO

Fernando G. Tenório*

RESUMO

O objetivo central deste texto é refletir sobre se a *tecnocracia*, como categoria do pensamento social, ainda tem importância na contemporaneidade brasileira e no estudo das teorias organizacionais em particular. O termo *tecnocracia* tem sido utilizado nos últimos anos ora para legitimar decisões, ora para se referir de maneira pejorativa àqueles que são alcunhados de *tecnocratas*. No primeiro caso, decisões são justificadas pela afirmação de que são cientificamente corretas. Já no segundo, os *tecnocratas* são vistos como indivíduos fora da realidade.

ABSTRACT

This essay discusses the concept of technocracy in order to verify if it still has importance in the Brazilian present situation in particular in the study or organization theories. The technocracy term has been used in the last either decades legitimate decisions or using technocrat in a depreciative way. In the first case, decisions are justified arguing the scientific character of them. In the second one, techocrats have been pointed as individuals out of reality.

* Professor titular da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (Ebape/FGV).

A tecnocracia econômica espera tudo da emancipação dos meios materiais de produção. (...) O positivismo é tecnocracia filosófica. Específica como pré-requisito (...) uma fé exclusiva nas matemáticas. (...) Até mesmo os governantes não escaparam dos efeitos mutiladores que constituem o preço que a humanidade paga pelos seus triunfos tecnocráticos.

Horkheimer, 2000:66 e 122

INTRODUÇÃO

O objetivo central deste artigo é refletir sobre se a *tecnocracia*, como categoria do pensamento social, ainda tem importância na contemporaneidade brasileira e, em particular, no estudo das teorias organizacionais. O vocábulo *tecnocracia* tem sido utilizado nos últimos anos ora para legitimar decisões, ora para se referir de maneira pejorativa àqueles que são alcunhados de *tecnocratas*. No primeiro caso, decisões são justificadas pela afirmação de que são cientificamente corretas. Já no segundo, os *tecnocratas* são vistos como indivíduos fora da realidade.

A interpretação livre do vocábulo *tecnocracia* corresponderia à supremacia dos técnicos na coisa pública e nos negócios privados. Significaria que os técnicos - *tecnocratas* - no setor público teriam o papel principal, e não acessório, nas decisões de Estado em relação à sociedade; no setor empresarial, o *tecnocrata* teria a função de liderança decisória, e não de *staff* da empresa, em relação ao mercado. Posições, tanto no primeiro quanto no segundo caso, de uma situação social diferenciada, portanto privilegiada, em relação aos demais atores. Situação social fundada preferencialmente em argumentos abstratos, que discrimina a possibilidade de outras alterações que não aquelas originadas da lógica científica.

Outra lógica surge entre o final do século XX e o início do XXI, aquela que procura acrescentar o sufixo *neo* (novo) a temas já históricos: (*neo*)liberalismo, (*neo*)fordismo, (*neo*)gerencialismo e outros (*neo*)ismos, não esquecendo da (*nova*) economia. E o emprego desse mesmo sufixo no título deste artigo tem o propósito de acompanhar a "atualização" que se procura dar a expressões cuja validade substantiva é a mesma de antanho. Isto é, são adjetivações de essências que permaneceram inalteradas desde que surgiram, como é o caso do (*neo*)liberalismo econômico, que continua pró-mercado como na sua origem.

Portanto, o *neo* em (*neo*)tecnocracia, parece estar mais próximo de um centenário do que possamos imaginar. Se é correto que a expressão foi empregada pela primeira vez nos idos do século passado, na entrada deste século XXI o *neo* não passa de um prefixo que procura tornar contemporâneo um comportamento que há muito vem sendo usado e, por que não, (*ab*)usado, para justificar as contradições da racionalidade instrumental. Não "patrulhem" este argumento alegando que nas sociedades que viviam "atrás do muro" o fenômeno era pior. Na realidade, naquelas sociedades de capitalismo de Estado a *tecnocracia*, apelidada de "nomenclatura", também deduzia "cientificamente" suas decisões e práticas. Portanto, não há nada de novo no mundo além do uso do prefixo *neo* a um fenômeno já macróbio.

O *Dicionário de política* (Norberto Bobbio et alii, 1993) considera ambígua a noção de *tecnocracia*, na medida em que tal conceito pode ser explorado para designar ora o poder ou a influência de diferentes categorias profissionais, ora um fenômeno de amplitude histórica que vem desde Platão com sua proposta de filósofos-governantes; ora a substância e a natureza de que são portadores os *tecnocratas*; ora, ainda, como estes são socialmente ordenados, se grupo, categoria profissional ou uma nova classe.

Por sua vez, a definição de *tecnocracia*, segundo, ainda, o mesmo autor, pode ser enfocada em três perspectivas: histórica, estrutural e funcional. No pri-

meiro caso, a tecnocracia é um fenômeno de poder da sociedade industrial e *pós-industrial*. Do ponto de vista estrutural, corresponderia a sistemas sociais nos quais as relações de poder não se dão sob a lógica da propriedade *de jure*, mas *de facto*. Já a perspectiva funcional caracteriza-se pela distinção entre o técnico e o *tecnocrata* ou pela determinação de quando um pode transformar-se no outro.¹

Neste ensaio, trabalharemos o fenômeno tecnocrático como uma manifestação de poder, historicamente definida. No caso do Brasil, é contemporâneo aos séculos XX e XXI. Esta proposição admite que a sociedade brasileira, desde o seu período inicial de industrialização (da automação rígida de produção nos anos 1930) aos dias de hoje, na tentativa de participar do processo de globalização econômica através de mecanismos pós-industriais (da automação flexível iniciada nos anos 1990), tem seu cotidiano balizado pelas intervenções tecnocráticas. Portanto, nosso entendimento de *tecnocracia* comporta aquelas ambigüidades e perspectivas acima citadas, composição justificada pelo caráter multifário deste fenômeno no Brasil.

○ FENÔMENO TECNOCRÁTICO

Um estudo que se tornou clássico sobre o comportamento tecnocrático é o de Charles Wright Mills, *A nova classe média*. Nesse texto Mills defende que os colarinhos-brancos (*white collars*) são os representantes dessa nova classe. A tese central é que esta classe, representada pelos funcionários de escritório - em contraponto com os colarinhos-azuis (*blue collars*) do chão-de-fábrica -, apesar de não usar macacões azuis, também é assalariada e não detém o controle dos meios de produção: "No topo desse mundo dos *colarinhos brancos*, o antigo capitão de indústria delega os seus poderes ao gerente da grande empresa. Ao lado do político de (...) respostas prontas, o burocrata assalariado, de pasta e régua de cálculo (agenda eletrônica, *notebook* e telefone celular nos dias de hoje - nossa atualização), desponta no plano político" (Mills, 1976: 12).

O gerente é a figura intermédia que dá existência ao "demiurgo administrativo": atua entre o empregador e o empregado, faz parte da administração, é o *colarinho branco* que exerce autoridade, "mas não é sua fonte. Como um administrador, ele é controlado de cima, e talvez seja considerado uma ameaça; como um administrador, ele é visto de baixo. (...) Ele é, ao mesmo tempo, um dente da engrenagem e a esteira rolante da maquinaria burocrática; é um elo da cadeia de comando, persuasões, circulares e avisos que une os homens que fabricam decisões aos homens que fabricam coisas (...). Mas sua autoridade está estritamente limitada a uma órbita prescrita de ações profissionais, e o poder que ele exerce não lhe pertence" (Mills, 1976: 100).

No entanto, é com John Kenneth Galbraith que a *tecnocracia* passa a ser um estrato de classe, da classe média, sendo composta não mais por todos os *colarinhos brancos*, trabalhadores de escritório de um modo geral, mas sim por profissionais especializados e ocupantes de cargos gerenciais. Profissionais que assumem poderes através do conhecimento técnico e da posição que ocupam na estrutura hierarquizada das organizações.

No capítulo VI do *Novo Estado industrial*² Galbraith identifica o fenômeno da *tecnocracia*, denominando-a *tecnocrática*. Nesse capítulo J. K. Galbraith defende a tese de que não é mais o "empresário - individualista, incansável, dotado de

¹ O Dicionário do pensamento social do século XX diz que a "palavra foi usada pela primeira vez em 1914 por W. H. Smyth, (...). Smyth definiu-a como a 'organização da ordem social baseada em princípios estabelecidos por especialistas técnicos', ecoando a longa tradição de pensamento positivista francês" (Outhwaite et. alli, 1996: 759).

² The new industrial State foi originalmente publicado em 1967 pela Houghton Mifflin, dos EUA. A edição utilizada aqui é a publicada no Brasil, em 1982, pela Abril Cultural sob o título O novo Estado industrial (vide bibliografia).

visão, astúcia e coragem - (...) o único herói dos economistas". Uma nova personalidade grupal passa a ter proeminência na sociedade contemporânea: o grupo formado por especialistas e decisores que detêm informações e poderes diferenciados nas organizações. "A necessidade de recorrer às informações de inúmeros indivíduos e avaliá-las, na tomada de decisões nas indústrias modernas, tem três pontos de origem principais. Primeiro, ela deriva das exigências tecnológicas da indústria moderna", que carece da reunião de pessoas especializadas. "O segundo fator que requer a reunião de talentos especializados deriva da tecnologia adiantada, do uso associado de capital e da necessidade resultante de planejamento, com o controle de fatores externos que o acompanham. (...) Finalmente, como consequência da necessidade dessa variedade de talentos especializados vem a necessidade de coordenação. (...) Esse processo, que é muito mal compreendido, requer uma palavra especial." Palavra que, "com o advento da sociedade anônima moderna, o surgimento da organização exigida pela tecnologia e pelo planejamento moderno e a separação entre o dono do capital e o controle da empresa", é desempenhada por um grupo de pessoas, um novo núcleo de poder, a "inteligência orientadora - o cérebro - da empresa. Não há um nome para todos os que participam da tomada de decisão de grupo ou para a organização que eles formam. Proponho dar a essa organização o nome de Tecnoestrutura" (Galbraith, 1982: 58-64).

A *tecnoestrutura* se protege e não permite interferências externas. Os membros da *tecnocracia* defendem a sua liberdade de ação e procuram perpetuar-se no poder através do cargo e das informações técnicas controladas por meio de uma linguagem codificada. Codificação que está assentada em valores positivistas na medida em que existem:

1. Uma crença em que todas as leis da ciência são expressão de uma verdade absoluta e em que todos os processos - sociais, naturais e físicos - são reduzíveis a essas leis. Como consequência conceitos tais como 'livre vontade' ou 'eleição' perdem todo o seu sentido.
2. Uma ênfase na importância decrescente dos processos políticos, em comparação com os técnicos ou os cientistas, e uma tendência a centrar-se nos 'meios' ou na técnica com exclusão dos 'fins' ou das 'metas'. (Tese do 'fim das ideologias'.)³
3. Uma crença - deduzida do ponto 2 - na necessidade de um controle por parte de um grupo seletivo de técnicos ou tecnocratas 'paternalistas' ou 'liberais'⁴ que entendam as leis da ciência.
4. Uma crença em que todo progresso científico e técnico é feito em prol de toda a humanidade: que 'progresso' é sinônimo de 'aperfeiçoamento' (Elliott, 1976: 85).

Partindo do princípio de que o comportamento tecnocrático⁵ desenvolve-se a partir de ações técnicas (entendidas como aplicações práticas do conhecimento

³ "O primeiro postulado da ideologia tecnoburocrática é o de que ela própria não é ideológica. (...) As ideologias da esquerda e da direita perdem sentido, na medida em que lhes faltam bases técnicas e científicas. Não há razão, dizem os tecnoburocratas, para ficarmos perdendo nosso tempo com discussões estérteis entre ideologias. As ideologias, sejam quais forem elas, liberalismo ou intervencionismo, nacionalismo ou colonialismo, totalitarismo, espiritualismo, igualitarismo, fascismo, são todas expressões emocionais e irracionais. Traduzem interesses e paixões. Não são científicas, não são técnicas" (Bresser-Pereira, 1981:94).

Não esqueçamos que também já se falou no "fim da história", tese defendida pelo tecnocrata do Departamento de Estado Americano, Francis Fukuyama. Segundo ele, a humanidade atingiu o ponto final de sua evolução ideológica com o triunfo da democracia liberal ocidental sobre todos os seus concorrentes no final do século XX. Ver crítica contundente a este tese em Anderson (1992).

⁴ David e Ruth Elliott fazem referência aos tecnocratas "paternalistas" como aqueles que atuam nas burocracias estatais. Por sua vez, os tecnocratas "liberais" atuam nas organizações privadas (Elliott, 1976:85-9).

⁵ Luiz Carlos Bresser-Pereira diz que a tecnoburocracia é um novo modo de produção emergente "para estabelecer, em termos renovados, um sistema de classes e de privilégio, para instaurar um sistema de poder autoritário" (Bresser-Pereira, 1981:125).

científico a um campo específico da atividade humana), como concepção geral a *tecnocracia* incorpora a teoria de sistemas nas suas análises (teoria que a partir dos anos 1950 veio a liderar todas as áreas do conhecimento),⁶ a *tecnocracia* passa, então, a ser entendida através das seguintes suposições:

- a) o Estado, a sociedade e as organizações são sistemas técnicos ou, simplesmente, sistemas no sentido genérico que a expressão adquiriu;
- b) a partir dessa primeira suposição, mais ou menos latente ou manifesta, chega-se à conclusão de que tais "sistemas" são configurados e orientados segundo os princípios e os objetivos próprios da razão técnica (instrumental), a qual se chega a identificar com a razão política ou, inclusive, com a razão de uma maneira geral;
- c) os conhecimentos adequados à configuração e direção do Estado,⁷ do sistema político e das organizações de acordo com a razão técnica são proporcionados por disciplinas setoriais ou multissetoriais, cujas conclusões são válidas e aplicáveis a diferentes sistemas;
- d) parte-se do princípio de que, para cada problema, existe *the best one way*, a solução ótima, perante a qual não há discrepância razoável, o que, se é certo, excluiria os antagonismos ideológicos ou de interesses, o que conduza
- e) uma absorção ou a uma adaptação da estrutura político-institucional às exigências estruturais da razão técnica.

Portanto, esta concepção desenvolve-se por meio de um modelo que "entra no lugar de uma autocompreensão culturalmente determinada de um mundo do viver social, a autocoisificação do homem sob categorias do agir racional-com-respeito-a-fins e do comportamento adaptativo" (Habermas, 1975: 322). Assim, a racionalidade instrumental é o *leitmotiv* do tecnocrata, o motivo fundamental de suas ações - ações implementadas a partir de categorias que reificam as relações sociais através de modelos configurados segundo os parâmetros da relação sistema-homem-máquina:

"O modelo, conforme o qual uma reconstrução planejada da sociedade deve ser feita, é tirado da análise de sistema. É possível conceber e analisar empresas e organizações singulares, mas também sistemas parciais políticos ou econômicos e sistemas sociais no seu todo, segundo o esquema dos sistemas auto-regulados. Sem dúvida, faz diferença usar um quadro de referência cibernético para fins analíticos ou *instalar* um sistema social dado segundo esse esquema, enquanto sistema-homem-máquina. (...) Se considerarmos (...) que a lógica interna do desenvolvimento técnico manifesta-se no fato de que a esfera das funções do agir racional-com-respeito-a-fins desvincula-se, passo a passo, do substrato do organismo humano e é transposta para o plano das máquinas, então aquela intenção orientada tecnocraticamente poderia ser compreendida como a última fase desse desenvolvimento. O homem pode não somente, enquanto *homo faber*, auto-objetivar-se completamente pela primeira vez e defrontar-se com suas realizações que, nos seus produtos, dele se tornaram independentes; ele pode além disso, enquanto *homo fabricatus*,

⁶ Não podemos precisar o momento dessa incorporação. mas, do ponto de vista tanto do conhecimento em geral, quanto do gerencial, o enfoque sistêmico foi muito influenciado pelos seguintes trabalhos de Ludwig von Bertalanffy: "General systems theory: a new approach to unity of science", publicado pela Human Biology em dezembro de 1951; "General systems theory", publicado no Yearbook of the Society for General System Research em 1956; e o livro General systems theory (New York, George Brasiliere, 1968). No Brasil este último texto foi publicado sob o título Teoria geral dos sistemas (Petrópolis, Vozes, 1973).

⁷ No Brasil a operacionalização do enfoque sistêmico, se deu precisamente na época dos governos autoritários dirigidos pelos militares. O fenômeno ocorreu notadamente nos anos 70 onde o "sistemês" passou a ser uma linguagem corrente da tecnocracia que administrava o país. Exemplo do "tecnocratês" foi a concepção do Sistema de Segurança Nacional, Sistema de Planejamento, do Sistema Agrícola Nacional etc.

ser por sua vez integrado a seus dispositivos técnicos, caso se consiga projetar a estrutura do agir racional-com-respeito-a-fins sobre o plano dos sistemas sociais” (Habermas, 1975: 322, grifos do autor).

A partir desta percepção habermasiana e parafraseando a crítica de Manuel García-Pelayo ao tecnocracismo, podemos inferir que a teoria de sistemas é o “instrumento mental” que a *tecnocracia* usa para justificar a si mesma através dos tecnocratas, que, por sua vez, justificam a si mesmos pela apelação às formas científicas de conhecimento,⁸ na medida em que, “contra a autoridade da ciência [e do cargo], não há apelação” (García-Pelayo, 1974:32).

Podemos inferir que a *tecnocracia* é um fenômeno implementado pela elite⁹ e resulta da projeção da racionalidade instrumental sobre a gestão da sociedade e das organizações. Esta elite - “os intelectuais, os gerentes da indústria e os altos funcionários governamentais” - tornou-se herdeira “das funções das antigas classes dominantes e como agentes vitais na criação de novas formas de sociedade” (Bottomore, 1965: 63). Conseqüentemente a *tecnocracia* é autoritária e, segundo Bresser-Pereira (1981:87), na gestão pública o *tecnocrata* atua de maneira antidemocrática:

“O técnico assume o poder não em função da vontade do povo, expressa através do voto, mas em nome de sua competência técnica e organizacional. Suas decisões, uma vez no governo, não são tomadas em função da consulta ao povo, mas em função de sua pretendida racionalidade. Os critérios de racionalidade são, naturalmente, definidos pela própria tecnoburocracia, na medida em que apenas os técnicos se consideram com capacidade para isso. A população em geral é considerada, por definição, incapaz de tomar decisões de natureza técnica. Ora, em um mundo em que tudo foi reduzido à técnica, o governo dos povos é também um problema técnico, é um problema a ser decidido por economistas, administradores profissionais e militares tecnicamente capazes”.¹⁰

Atualizaremos o poder da *tecnocracia* no caso brasileiro por meio de Eli Diniz, em seu livro *Globalização, reformas econômicas e elites empresariais*. A autora afirma que o modelo de gestão adotado por Fernando Henrique Cardoso, à semelhança do efêmero governo de Fernando Collor de Mello (1990-92), é fundamentalmente tecnocrático, na medida em que:

“O padrão tecnocrático de gestão persistiu durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, que reforçou o processo de insulamento burocrático, atribuindo papel primordial ao Ministério da Fazenda, ao Banco Central e ao Tesouro Nacional, que formariam, ao lado do BNDES, o núcleo responsável pelas decisões, sobretudo no que se refere à política econômico-financeira, controlando as informações estratégicas, principalmente aquelas que circulam nos meios internacionais, e dispendo de canais privilegiados de acesso às decisões externas. Aos demais ministéri-

⁸ “Decerto, essa intenção tecnocrática não é realizada em nenhum lugar nem mesmo em esboço. Mas ela serve, por um lado, como ideologia para uma nova política orientada para tarefas técnicas que põem entre parênteses as questões práticas; e, por outro lado, ainda assim ela caracteriza certas tendências de desenvolvimento que podem levar a uma erosão furtiva daquilo que chamamos de quadro institucional. A dominação manifesta do Estado autoritário cede às coações manipulativas da administração técnico-operativa” (Habermas, 1975: 322).

⁹ “O termo ‘elite(s)’ é hoje em dia em geral aplicado, na verdade, referindo-se a grupos funcionais, sobretudo ocupacionais, que possuem status elevado (por uma razão qualquer) em uma sociedade” (Bottomore, 1965:15). Em “toda sociedade, existe, sempre e apenas, uma minoria que, por várias formas, é detentora do poder, em contraposição a uma maioria que dele está privada” (Bobbio, 1993:385, v. 1).

¹⁰ Luiz Carlos Bresser-Pereira diz que a tecnoburocracia é “o sistema político em que o poder está nas mãos dos técnicos, sejam eles economistas, engenheiros, administradores públicos e privados ou militares profissionais. Colocada nesses termos, tecnoburocracia seria um tipo de oligarquia: a oligarquia dos técnicos. Opõe-se, portanto, a outros sistemas políticos, particularmente a democracia” (Bresser-Pereira, 1981:86).

os caberia uma posição relativamente periférica, em geral tendo conhecimento das decisões depois de estas terem sido tomadas. Ou seja, o círculo de poder decisório tornou-se extremamente restrito, operando sob condições de confinamento burocrático, sem transparência e freqüentemente de forma sigilosa. O estilo tecnocrático foi fortalecido pelo amplo uso, por parte do Executivo, do instrumento das medidas provisórias, editadas e reeditadas numa proporção significativamente superior à que se verificara nos governos anteriores" (Diniz, 2000:90).

O FENÔMENO TECNOCRÁTICO E AS TEORIAS ORGANIZACIONAIS

A *tecnocracia* é "um sistema social que não apenas superou a revolução da máquina, mas enfrentou a segunda revolução industrial (...). A sociedade da organização (programação e planejamento) é, na verdade, o verdadeiro ambiente que constitui o *genus* tecnocrático, enquanto que a terceira revolução (a da automação ou do computador) comporta (...) a emergência de novas espécies tecnocráticas". Fazem parte desse sistema "diretores e organizadores da produção" (Bobbio, 1993:1233-4, v. 2).

Mesmo considerando a possibilidade de uma nova espécie de *tecnocrata*, de um (*neo*)*tecnocrata*, aquele oriundo de uma sociedade parametrizada pelo progresso científico-tecnológico de origem microeletrônica, a *tecnocracia* não deixará de ser um fenômeno de poder. E este poder no interior dos sistemas sociais organizados, de natureza pública ou privada, manterá e/ou tomará posições estratégicas a fim de preservar a distância taylorista - os que pensam separados dos que executam.

Portanto, a reprodução do fenômeno tecnocrático sobre as teorias organizacionais ocorre dentro do *continuum* fordismo - pós-fordismo, conjunto espaço-tempo que tem tipificado o pensamento organizacional no século XX e na entrada do XXI.

O fordismo é aqui entendido como um método de organização da produção e do trabalho complementar ao taylorismo "que se caracteriza pelo gerenciamento tecnocrático de uma mão-de-obra especializada sob técnicas repetitivas de produção de serviços ou de produtos padronizados" (Tenório, 2000:140). Por sua vez "o pós-fordismo ou modelo flexível de gestão organizacional caracteriza-se pela diferenciação integrada da organização da produção e do trabalho sob a trajetória de inovações tecnológicas em direção à democratização das relações sociais nos sistemas-empresas" (Tenório, 2000:163).

No entanto esta polarização, por estar definida através de um *continuum* de possibilidades, não estabelece um espaço-tempo marcadamente fordista nem tampouco pós-fordista. Significa que entre os dois extremos podem ocorrer situações de aplicação de referenciais teóricos específicos e/ou da combinação deles.¹¹ Mesmo assim, podemos inferir que, dadas as condições históricas brasileiras, nossa cultura gerencial ainda se orienta antes de maneira fordista do que pós-fordista. E o fordismo se confundiria com o fenômeno tecnocrático, na medida em que gerencia a distância entre o pensar e o agir, à semelhança da tecnocracia, que privilegia o saber técnico de decisão monológica em lugar do saber fundamentado na dialogicidade.

Um dos motivos que provocaram a crise do fordismo foi justamente o modelo gerencial estar baseado numa estrutura monológica ou *tecnocrática* de decisão. Esse modelo passou a ser questionado no final dos anos 1960, início dos 1970, e no final do século XX "novos conhecimentos científicos e tecnológicos", se associ-

¹¹ Nesta perspectiva de análise, não está incluído o relativismo do enfoque contingencial das organizações. Este enfoque seria uma das teorias organizacionais que também atuam neste continuum.

aram "às exigências empresariais de contratação de empregados com polivalência multifuncional, maior capacidade motivadora e habilidades adicionais no exercício do trabalho" (Pochmann, 2001:41). No entanto, a transição do modelo de racionalização de trabalho rígido para um mais flexível, observando o *continuum* do fordismo ao pós-fordismo, se dá sob propostas de tecnologias gerenciais ainda carentes de uma definição mais precisa de seus postulados. Marcio Pochmann (2001:43) faz o seguinte comentário:

"Assim, o novo desenho industrial se daria a partir do pressuposto da empresa enxuta e competitiva, com ampla integração nas fábricas, maior flexibilidade produtiva e inovadores processos produtivos (*just-in-time*, sistemas de informação, células de produção e minifábricas). Apesar disso, não seria possível identificar, ainda, uma convergência clara em torno do novo modelo de organização e gestão do trabalho e, por consequência, das exigências de qualificação do trabalhador do século XXI".

Mesmo assim, observamos que mudanças em direção ao pós-fordismo já estão presentes na realidade gerencial brasileira. O tema da flexibilização organizacional, inserido nas discussões pós-fordistas, tem sido objeto de prática tanto no setor privado quanto no público. Por sua vez, o processo decisório está sendo projetado na perspectiva horizontal, e não como processos verticais, de baixo para cima. Tenório (2000) aponta caminhos nesta direção, assim como Pochmann (2001:47) o faz na sua leitura da "nova administração do trabalho":

Redução de níveis hierárquicos, diminuição nas funções de chefias, introdução de sistemas participativos e abertos de decisão, com maior diálogo e treinamento do pessoal de administração e produção (novo estilo gerencial).

Adoção de programas voltados para o envolvimento do trabalhador com os interesses da empresa, por meio de novos instrumentos de participação e controle na tomada de decisão e de maior seletividade na contratação e no uso da mão-de-obra (programas de qualidade).

Tentativas de integração do trabalhador, por meio da motivação pessoal (participação nas tomadas de decisão e maior responsabilidade com os resultados da empresa) e da auto-realização, com atividades fora do contexto do trabalho (esporte, lazer e cultura) que envolvam, sempre que possível, a família (formas de comunicação renovadas).

Redinamização das relações de trabalho, graças a acordos na planta produtiva, com o intento de evidenciar a transparência e a credibilidade dos atores diante da cultura da empresa.

Apesar de um "caminhar" em direção ao pós-fordismo já aparecer como uma realidade emergente no Brasil, ainda percebemos o fenômeno tecnocrático como uma manifestação de classe, portanto, de poder.¹² No Brasil o fenômeno se manifesta principalmente na classe média e tem seu advento justamente no início do período fordista, anos 50, quer como modelo regulador da sociedade quer como gerencial. A sua proeminência ocorre nos anos 70 em aliança com os militares e continua nos anos 90 com o surgimento do (*neo*)liberalismo econômico. Com o

¹² "Embora seja difícil, se não impossível, encontrar uma definição de classe social que conte com o consenso dos estudiosos ligados a diversas tradições políticas e intelectuais, todos estão de acordo em pensar que as classes sociais são uma consequência das desigualdades existentes na sociedade. (...) podemos dizer que as relações de classe são essencialmente relações de poder e que, então, o conceito de poder representa o aspecto unificador capaz de identificar, de modo sintético, a estruturação das desigualdades sociais" (Bobbio, 1993:169, v.1, grifo nosso).

surgimento dos processos de flexibilização organizacional a classe está, salvo exceções, um "pouco perdida", na medida que a sua qualificação profissional foi sempre para intermediar as relações sociais hierarquizadas nas organizações. Agora ela precisa saber operacionalizar, já que os novos equipamentos de base microeletrônica dispensam a sua mão-de-obra (supervisores, secretárias, datilógrafos/digitadores, contínuos etc.), que era a logística dos dirigentes intermediários.

Por ser um fenômeno de classe, ele se materializa no interior das organizações através, principalmente, dos níveis intermediários de decisão em que está concentrada a maior parte dessa classe. Na relação entre estrutura de classe na sociedade e sua correspondência dentro das empresas, os *tecnocratas* são, na sua maioria, classe média ou pequena burguesia,¹³ segundo Franco Paolo Cerase e Fiammetta Mignella Calvosa (1976).¹⁴ De acordo com esses autores, a "ambigüidade é a característica fundamental das relações entre a pequena burguesia e a classe dominante ou a classe dominada; disto resulta que sua disponibilidade para apoiar ou para aliar-se com uma ou outra, no devenir do conflito de classe fundamental, não está univocamente determinada" (Cerase & Calvosa, 1976:114).

É comum, por exemplo, observarmos o dilema daqueles que ocupam cargos gerenciais (setor privado), ou denominados de "confiança" (setor público), quando greves são instaladas em suas organizações. Do lado dos técnicos ou especialistas, auxiliares no processo de decisão, o dilema está em aceitar ou não o título de trabalhador, já que, para o pequeno burguês, trabalhador é o de nível operacional ou de chão-de-fábrica, embora ele também seja um assalariado. Portanto, o interesse de classe do *tecnocrata* é criar mecanismos de sobrevivência que facilitem sua permanência junto ao nível estratégico¹⁵ da empresa. A consequência dessa dubiedade é que a *tecnocracia* desenvolve uma ideologia individualista, procurando adotar padrões de consumo da classe imediatamente superior e praticando, cientificamente, "a lei do mais forte", portanto de uma perspectiva de relação social onde o que importa é o "ego". O outro, o "alter", é o meio, é o recurso calculado dessa relação.

Assim, o fenômeno tecnocrático atua nas teorias organizacionais da mesma forma que uma classe atua sobre a(s) outra(s), comandando. Por ser um fenômeno de poder, o tecnocrático utiliza as teorias organizacionais também como meio, como recurso, de manejo conceitual-instrumental em detrimento da razão substantiva.

CONCLUSÃO

Nos dias do (neo)liberalismo econômico, da "cortina de mercado", à semelhança do que acontecia naqueles países da "cortina de ferro", a *tecnocracia* continua atuando como uma elite que determina, a partir de um "pensamento único",

¹³ O conceito de classe média como pequena burguesia está bem dimensionado no texto organizado por Maria Helena Arrochellas (1993). Nesse livro e no capítulo elaborado por Luiz Eduardo W. Wanderley ("Classe média em questão: limites e potencialidades"), faz-se a diferença entre "pequena-burguesia tradicional, existente à época do modo de produção simples de mercadorias, ainda não subsumida pelo modo de produção capitalista", e a "chamada nova pequena-burguesia" que "compreende: a) os que se polarizam pela classe operária - grande maioria dos assalariados de base do setor comercial, os empregados de escritório, técnicos e engenheiros subalternos, diretamente implicados no trabalho produtivo; b) os que se polarizam pela burguesia - administradores, gerentes, técnicos de altos escalões, privados e estatais, intelectuais (alguns pensam que estes não configuram uma fração de classe mas uma categoria social), autônomos, pequenos empregadores" (Arrochellas, 1993:55).

¹⁴ A tecnocracia pode ser considerada um fenômeno de classe média na medida em que as posições tecnoburocráticas dependem, essencialmente, do nível de educação formal recebido. "Ora, os filhos da classe alta e da classe média têm ainda muito mais oportunidades educacionais" (Bresser-Pereira, 1981:86).

¹⁵ No nível estratégico estão as figuras que ocupam as posições de mando no escalão mais alto da hierarquia organizacional. Os demais níveis seriam o tático, em que se encontram as figuras intermediárias, e o operacional, em que se encontram os diretamente envolvidos com a execução.

do determinismo de mercado, o comportamento da sociedade contemporânea.

Em relação aos opositores desse "pensamento único" são usados apodos como "fracassomaníacos", "catastrofistas", "jurássicos" e outras expressões depreciativas como "neobobos". Desdenhar é discriminar. E uma das características do coetâneo fenômeno tecnocrático, pela via exclusiva do mercado, é a eliminação dos considerados não-aptos, daqueles a quem não é dada oportunidade de sobreviver no mercado globalizado. E neste mercado, o fenômeno permanece como comportamento de um grupo que atua segundo os cânones de uma lógica centrada na racionalidade utilitarista, em detrimento de um raciocínio que envolva, democraticamente, a sociedade como um todo.

No campo da gestão organizacional, a *tecnocracia* implementa suas ações delimitando-as pela competência individual, fortalecendo, assim, o caráter também elitista de seus pressupostos. Elite é poder e, neste caso, os *tecnocratas* dão importância ao desempenho estratégico, ao cálculo de meios e fins em detrimento do conteúdo intersubjetivo inerente a qualquer relação social. Quanto à relação do fenômeno tecnocrático com as teorias organizacionais, diríamos que ele continua fomentando uma lógica também centrada na racionalidade instrumental, de orientação fordista, em que pese ao fato de abordagens conceituais já estarem assimilando a possibilidade dialógica em seus conteúdos.

A fim de evitar que as teorias organizacionais se mantenham como instrumento de poder, subordinadas aos parâmetros da razão utilitarista, do cálculo de meios e fins, seria indispensável que elas se tornassem reflexivas, de ação ilustrada e da perspectiva da interdisciplinaridade, na qual deveria prevalecer a preocupação com a integração social, e não com a integração sistêmica.

(Neo)tecnocratas ou (neo)bobos? Eis a questão. Diremos que aqueles que acreditam ou desejam "inovar" seu comportamento técnico e/ou gerencial apenas pela ótica de que são cientificamente ungidos são (neo)bobos. Na realidade, são *cleptocráticos*:¹⁶ dissimulam, como classe, suas percepções e ações através de um fundamentalismo baseado no capitalismo de mercado, sem observar outras possibilidades de convivência do econômico com o social. Conciliar justiça social com os aspectos negativos do mercado: eis a questão.

Finalmente, concluiremos este artigo alertando para o fato de que o fenômeno tecnocrático não é passível de ocorrer somente nos setores público e privado, primeiro ou segundo setor. Também naquele setor denominado público não-governamental, ou terceiro setor, a tecnocracia pode ocorrer, na medida em que seu instinto de sobrevivência, sob o capitalismo concorrencial, o leve a um "profissionalismo" que torne tecnocrático o que originalmente não foi.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Perry. *O fim da história: de Hegel a Fukuyama*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

ARROCHELAS, Maria Helena (org.). *Classes médias e a opção preferencial pelos pobres*. São Paulo: Paulinas, 1993.

BOBBIO, Norberto et. alli. *Dicionário de política*. 5. ed. Brasília: Edub, 1993.

BOTTOMORE, T. B. *As elites e a sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965.

BRESSER-PEREIRA, Luiz C. *A sociedade estatal e a tecnoburocracia*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

¹⁶ Parafraseamos Robert Kurz a partir do artigo "Democratas e cleptocratas", publicado no caderno *Mais da Folha* de S. Paulo, de 22-7-2001, p.14-5.

(Neo)Tecnocratas ou (Neo)Bobos? eis a Questão

- CERASE, Franco P. & CALVOSA, Fiammetta M. *La nuova piccola borghesia*. Venecia, Marsilio, 1976.
- DINIZ, Eli. *Globalização, reformas econômicas e elites empresariais*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- ELLIOT, David; ELLIOT, Ruth. *The control of technology*. London: Wykeham, 1976.
- GALBRAITH, John Kenneth. *O novo Estado industrial*. São Paulo: Abril, 1982.
- GARCIA-PELAYO, Manuel. *Burocracia y tecnocracia*. Madrid: Alianza, 1974.
- HABERMAS, Jürgen. *Técnica e ciência enquanto "ideologia"*. São Paulo: Abril, 1975. (Os pensadores, 48.)
- HORKHEIMER, Max. *Eclipse da razão*. São Paulo: Centauro, 2000.
- KURZ, Robert Democratas e cleptocratas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 22 jul. 2001. Caderno Mais.
- MILLS, C. Wright. *A nova classe média*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- OUTHWAITE, William. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.
- POCHMANN, Marcio. *O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- TENÓRIO, Fernando G. *Flexibilização organizacional, mito ou realidade?* Rio de Janeiro, FGV, 2000.